



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
CURSO GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS (NOTURNO)

PEDRO HENRIQUE DA SILVA ANDRADE

**A IMPORTÂNCIA DO PRONAF DE MICROCRÉDITO NO ASSENTAMENTO UNIDOS
VENCEREMOS NO MUNICÍPIO DE BURITIS – MG**

Brasília/DF

Julho/2019

PEDRO HENRIQUE DA SILVA ANDRADE

**A IMPORTÂNCIA DO PRONAF DE MICROCRÉDITO NO ASSENTAMENTO UNIDOS
VENCEREMOS NO MUNICÍPIO DE BURITIS – MG**

Monografia apresentada ao curso de Gestão de Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Agronegócios.

Orientadora: Profa. Dra. Mireya Eugenia
Valencia Perafán

Brasília/DF

Julho/2019

Da Silva Andrade, Pedro Henrique
A importância do PRONAF de microcrédito no assentamento
Unidos Venceremos no município de Buritis - MG / Pedro
Henrique da Silva Andrade; orientador Mireya Eugenia
Valencia Perafán. -- Brasília, 2019.
53 p.

Monografia (Graduação - Gestão de Agronegócios) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. PRONAF. 2. Agronegócio. 3. Microcrédito. 4.
Assentamento. I. Eugenia Valencia Perafán, Mireya,
orient.
II. Título.

**A IMPORTÂNCIA DO PRONAF DE MICROCRÉDITO NO ASSENTAMENTO UNIDOS
VENCEREMOS NO MUNICÍPIO DE BURITIS – MG**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso do aluno Pedro Henrique da Silva Andrade

Profa. Dra. Mireya Eugenia Valencia Perafán

Universidade de Brasília / GAN/FAV /UnB

(Orientadora)

Prof. Dr. Armando Fornazier

Universidade de Brasília /FAV /UnB

(Examinador)

Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade

Universidade de Brasília / GAN/FAV /UnB

(Examinador)

Brasília /DF

Julho/ 2019

RESUMO

Considerando os debates e questionamentos no cenário atual sobre o Pronaf, especialmente na área de microcrédito, decidiu-se pesquisar os impactos do PRONAF de microcrédito (Grupo B) para os moradores do assentamento Unidos Venceremos, a fim de responder se o programa se limita a questões assistenciais ou gera alternativas para a inclusão produtiva. Existe consenso sobre a necessidade do PRONAF minimizar a vulnerabilidade socioeconômica existente no setor rural, mas evidenciam-se discussões e divergências na abordagem do Programa de microcrédito em relação a seu papel de assistencialismo social ou de inclusão produtiva. Para realizar a pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica e trabalho de campo. Diante disso, verifica-se que a atuação do governo teve um papel fundamental para a valorização das políticas públicas que incorporam os pequenos produtores às linhas de crédito, confirma-se que, também, teve papel importante na vida dos produtores da região. Apesar das dificuldades de acesso ao microcrédito, esse Programa teve um resultado satisfatório tanto na esfera governamental quanto na qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Palavras-chave: PRONAF. Agronegócio. Microcrédito. Assentamento.

ABSTRACT

Considering all the strong debates and questionings in the current scenario concerning Pronaf, especially in microcredit area, it has been decided to research about all microcredit Pronaf impacts (Group B) to settlement Unidos Venceremos residents, in order to answer if the program is restricted to assistential issues or is generating alternatives to productive inclusion. Therefore, it is necessary that Pronaf minimizes prevailing socioeconomic vulnerability in rural sector, however with government intervention in program terms, discussions and thought divergencies are generated regarding social assistance and productive inclusion. Bibliografic and field researchs were attained in order to increment the development of the current task. Consequently, it has been verified that government performance had a fundamental role valorizing public policy that incorporate small producers to credit lines. The result of this performace means that even with all tribulation occurred in Pronaf microcredit, it has obtained satisfying results in governmental sphere as well in beneficiary families quality lives.

Key words: PRONAF. Agribusiness. Microcredit. Seating.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do Pronaf em milhões.	25
Figura 2 - Site cidade de Buritis-MG (2018).....	33
Figura 3 - Fonte: IBGE, Censo agropecuário do ano de 2016.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Beneficiários do PRONAF por grupos.	21
Tabela 2 - fonte: dados do Incra (2018).....	36
Tabela 3 - Fonte: Dados da pesquisa	40
Tabela 4 - Fonte: Dados da pesquisa.....	41
Tabela 5 - Fonte: Dados da pesquisa.....	48
Tabela 6 - Fonte: Dados da pesquisa.	49

ABREVIATURAS E SIGLAS

MDA = Ministério do Desenvolvimento Agrário

PRONAF = Programa Nacional de de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROVAP = Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

MST = Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

CONTAG = A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CUT = Central Única dos Trabalhadores.

MAB = Movimento dos Atingidos por Barragens.

FHC = Fernando Henrique Cardoso.

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SAF = Secretaria da Agricultura Familiar

BNB = Banco do Nordeste do Brasil

EMATER = Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

DF = Distrito Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Histórico das políticas públicas da agricultura familiar no Brasil....	14
2.2 Histórico do PRONAF	18
2.3 PRONAF GRUPO B (Microcrédito)	25
2.4 Assistencialismo Social <i>versus</i> Inclusão produtiva no PRONAF de microcrédito.	31
2.5. Caracterização Do Município de Buritis.....	33
2.6. Movimentos sociais no município.....	34
3. METODOLOGIA.....	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
3.3. Assentamento Unidos Venceremos	39
3.4. Percepção dos moradores do assentamento sobre o PRONAF de microcrédito	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

1. INTRODUÇÃO

A atuação dos movimentos sociais no Brasil, ligados a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) no ano de 1996, abriu um canal de discussão entre os movimentos sociais e Governo Federal, onde se encontrou a necessidade de se diferenciar a agricultura patronal da familiar, visando o fortalecimento, competição justa e igualitária entre esses atores da agricultura brasileira (SILVA, 2007).

Uma das medidas implementadas, em âmbito nacional, foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo “é financiar as operações de custeio e investimento, de projetos individuais ou coletivos, para gerar renda aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária, visando o aumento da produtividade na agricultura familiar” (SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2004).

O Pronaf é uma evidência das mudanças realizadas nas políticas públicas para a agricultura familiar. Contudo, conforme pesquisas realizadas (GRISA; SCHNEIDER, 2015; ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005), constata-se que os resultados do programa ainda não atendem de forma igualitária a todos os produtores. Segundo pesquisas, o Programa se mostra excludente em relação aos pequenos produtores com menos recursos.

Frente a estas críticas, surge a reivindicação de que o Pronaf precisaria ser mais abrangente para se adequar aos critérios da diversidade socioeconômica que há entre os grupos de produtores. Isto levou o governo a diferenciar as linhas de crédito e os grupos, com o intuito de reduzir a desigualdade social da agricultura familiar brasileira.

No ano de 1997 por meio da resolução n. 2.436, do Banco Central, foi criada uma linha especial de crédito que diferenciava os tipos de usuários do Pronaf, adotando medidas voltadas aos pequenos produtores criando o “Pronafinho”, linha de crédito de custeio voltada a reformulação de diferentes

modalidades do programa (BIANCHINI, 2015). Esta estratégia foi, por um longo período, o único meio de diferenciação dos produtores rurais.

Já no ano de 1999, foi reformulado novamente o Pronaf, criando o Pronaf grupo B, que basicamente fez-se uma reestruturação das políticas já existentes, com o intuito de ampliar o alcance aos agricultores com maior grau de dificuldades socioeconômicas, dando condições e benefícios exclusivos para a tomada de crédito (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

No entanto, em outubro de 2003 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agrupou quatro programas já existentes: Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação ao Programa Bolsa Família, tornando o Pronaf Grupo “B” preterido como fonte de renda para os pequenos produtores rurais. Ocasionando a utilização do crédito em área produtiva e não na manutenção das famílias como ocorria anteriormente.

A implementação de políticas sociais pelo Governo Lula, caracterizou uma dispersão da alocação dos recursos destinados aos beneficiários do grupo B, por haver um conflito entre os perfis dos favorecidos das linhas de crédito do grupo B com os abrangidos pelo Bolsa Família, fato este que fez ocorrer uma desvalorização do Pronaf Grupo “B” (ALONSO; SANT’ANA, 2010).

A partir de então, o Governo Lula passou a adotar medidas com condições mais igualitárias aos produtores em situação de risco socioeconômico. Tendo como objetivos proteger os produtores da agricultura familiar, ajudar na redução da inadimplência perante as instituições financeiras, retomada do crédito para então torná-los competitivos no mercado. Essas medidas também auxiliaram o Governo Federal nos seus programas de erradicação e combate à fome no Brasil (BIANCHINI, 2015).

De forma geral, o Pronaf de Microcrédito (Grupo B) busca criar uma inclusão do crédito aos pequenos produtores rurais que historicamente se mantêm à margem do sistema financeiro, onde muitas vezes não têm condições de ingressar em determinados mercados por não conseguirem atender aos critérios na tomada das linhas de créditos (MOREIRA; SILVEIRA; MOTTER, 2015).

Perante fortes debates e questionamentos no cenário atual sobre o Pronaf, especialmente na área de microcrédito, buscou-se reunir dados e informações para distinguir o papel dos dois termos mais presentes nos discursos sobre o programa, sendo o “assistencialismo social” e a “inclusão produtiva”, no intuito de evidenciar que as políticas públicas não necessitam generalizar os termos, ou mesmo separá-los totalmente, mas trabalhar suas singularidades em conjunto, de modo que contribua a alavancar a competitividade da agricultura familiar.

Portanto buscou-se reunir estas informações com o objetivo de responder a seguinte questão: Para os moradores do assentamento Unidos Venceremos em Buriti, Minas Gerais o Pronaf de Microcrédito (Grupo B) limita-se a um programa assistencial ou gera alternativas para a inclusão produtiva?

O objetivo do Pronaf é minimizar a vulnerabilidade socioeconômica existente no setor rural, entretanto com a interferência do governo nas condições do programa, geram-se discussões e divergências de pensamento em relação ao papel do assistencialismo social e da inclusão produtiva. Abramovay e Piketty (2005), entendem a interferência do governo no mercado, mas acreditam que mesmo havendo esta intervenção a lacuna entre as unidades financeiras e os agricultores ainda é enorme.

Outra linha de pensamento é defendida por Schneider, Mattei e Cazella (2004) onde esses autores acreditam que a regulação por parte do governo ajuda na inserção produtiva dos pequenos produtores no mercado. Os autores também concordam que a intervenção governamental cria condições mais igualitárias entre os produtores.

O trabalho estrutura-se em três capítulos, onde o primeiro denominado referencial teórico e dividido em subtítulos, que são: Histórico da política pública da agricultura familiar no Brasil, histórico do PRONAF, PRONAF grupo B (microcrédito) e Assistencialismo versus inclusão produtiva no PRONAF de microcrédito. No segundo capítulo

Dessa forma, são apresentados os dados alcançados através da pesquisa de campo. No quarto capítulo serão apresentados os resultados da análise dos

dados em busca à resposta da questão problema, bem como as conclusões dessa pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico das políticas públicas da agricultura familiar no Brasil

O governo brasileiro, até os anos de 1950, utilizava medidas protecionistas e adotava um sistema produtivo estatal onde, segundo Cátia Grisa e Sérgio Schneider (2015), a estratégia de industrialização por substituição de importações era a pauta das ações de desenvolvimento. Desta forma, o Estado atuava como agente produtivo, por meio da criação de infraestruturas estatais, articulando os capitais privados nacionais e internacionais na formulação de políticas macroeconômicas e setoriais.

Os efeitos negativos destas medidas se evidenciam na década dos anos 1960, quando o Brasil começou a sofrer com as dificuldades de abastecimento de alimentos, com um expressivo aumento da taxa de inflação e de uma baixa capacidade de se importar bens necessários à industrialização do país.

Com uma intensa crise econômica e política (regime militar), que se deu no início da década de 1960, começou a surgir no território nacional dois grandes movimentos que eram encabeçados por acadêmicos, políticos, movimentos sociais e elites agrárias, onde se produziam fortes debates e discussões sobre a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do país e as ações necessárias para garantir sua reprodução social com base na terra e na produção agrícola (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Autores como Bianchini (2015) bem como Grisa e Schneider (2014) concordam que surgiram no Brasil diferentes movimentos sociais, onde o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ligas camponesas, muitos ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, eram os movimentos com maior representatividade dentro do cenário público e exerciam uma intensa pressão frente ao governo militar.

Grisa e Schneider (2014) relatam que a ditadura exercia forte pressão aos movimentos sociais no país, que dificultavam uma conversa mais aberta e voltada a causa dos pequenos produtores rurais e, portanto, limitou bastante uma participação mais efetiva dos movimentos sociais.

Para atender aos movimentos instaurados no Brasil o governo adotou um conjunto de ações e políticas públicas, como o crédito rural, garantias de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestruturas, denominando-se “Política Agrícola Ativa”, mas devido a problemas estruturais na formulação destas políticas, ocorreu uma setorização dos recursos aplicados resultando na não inclusão de produtores do país, especialmente os pequenos (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Esta setorização ocorreu devido à dificuldade de acesso ao crédito, principalmente por parte de pequenos produtores objeto dessas políticas e os quais não eram a “clientela convencional dos bancos” (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005, p.58). Os bancos privados não forneceram este tipo de crédito e os estatais segmentaram suas linhas de crédito a produtores de maior renda e com maior integração no mercado, assim os riscos de retorno sobre os empréstimos eram reduzidos (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005).

Como exemplo dessa setorização, Grisa e Schneider (2015) relatam que o Pronaf favoreceu, principalmente, “as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste, e promovido o cultivo de produtos competitivos no mercado internacional” (p.29).

Já no fim dos anos 1970, os movimentos sociais instaurados no país buscaram na reforma agrária a viabilização do mercado interno, através de pressões sobre o governo para que pudessem desenvolver políticas que incluíssem de forma igualitária os produtores familiares dos produtores patronais, com o argumento de que a agricultura precisava modernizar-se para contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Frente a isto nos anos 1980, o país passou por uma intensa mudança político-econômica, evidenciada pela redução da intervenção militar e posteriormente o fim do governo militar com a posse democrática presidente José Sarney, adotando medidas mais liberais de governo (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Abramovay e Piketty (2005), relatam a grande influência dos movimentos sociais para inclusão da terminologia “agricultura familiar” no vocabulário governamental, científico e das políticas públicas, evidenciando que no período os movimentos sociais pautavam fundamentalmente as necessidades dos assalariados agrícolas, o que deixava de lado os produtores familiares.

Grisa e Schneider (2015), mencionam que neste período o discurso dos representantes dos agricultores era conciliador e evidenciaram as conquistas adquiridas de previdência social e a proteção do trabalhador rural. Mas logo após o surgimento da Constituinte de 1988 este discurso mais brando da Contag se apresentou mais afrontosa e sua representação dos agricultores familiares se mostrou mais efetiva.

Neste mesmo período ocorreu a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a constituição dos Movimento dos Sem Terra (MST), institucionalização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e diversos outros movimentos surgiam no país. Esses movimentos evidenciam as precárias condições dos pequenos produtores rurais e questionavam o Estado na criação de políticas públicas que pudessem reduzir as desigualdades adotando medidas que visassem a diversidade e particularidades de cada setor, incluindo o acesso ao crédito rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Segundo Abramovay e Piketty (2005), o período foi caracterizado pela discussão sobre o freio que a desigualdade colocava ao avanço da economia do país. Surgiu então em todo o território brasileiro diferentes grupos de trabalhadores rurais, sindicatos e movimentos sociais, que contavam com apoio de acadêmicos e críticos da época e traziam ao debate temas cada vez mais pertinentes ao momento vivido no país. Tais apoios buscaram reivindicar os requisitos para acesso a terra e ao crédito rural, estabelecidos muitas vezes por excesso de questões burocráticas.

Com o aparecimento e fortalecimento dos movimentos sociais, o governo convidou a participação desses representantes para pensar medidas que distinguiam os perfis dos produtores, resultando na Lei Agrícola Nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, a qual se reconheceu a diversidade dos agricultores brasileiros e presumiu a concepção de uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores rurais.

Mas devido falta de representatividade dos movimentos sociais e à ausência de estrutura por parte do governo para atender a este novo segmento que estava ingressando no mercado financeiro, a Lei Agrícola atendeu somente aos interesses dos grandes produtores, aqueles que já detinham de certa vantagem perante o mercado. Por sua vez o texto da Lei Agrícola Nº 8.171/91 foi redigido sem cumprir aos critérios de respeito à diversidade dos produtores quanto ao acesso ao crédito rural (GRISA; SCHNEIDER 2015).

Nos anos 1990 voltaram a ocorrer intensas manifestações e protestos camponeses dentro do território nacional, que resultaram na criação do manifesto de trabalhadores e trabalhadoras rurais chamado “Grito da Terra”, responsável por favorecer a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção - PROVAP, por meio do governo de Itamar Franco, com o intuito de fomentar o crédito agrícola entre os pequenos produtores rurais (BIANCHINI, 2015).

Com a criação do PROVAP os pequenos produtores rurais deixaram de disputar o crédito com os grandes proprietários rurais, principais beneficiários nos períodos anteriores e dispuseram de uma linha de crédito específica para suas necessidades. Schneider, Mattei e Cazella (2004) retratam ainda a importância do PROVAP no período, pois mesmo não tendo uma adesão satisfatória, o programa triunfou como política pública com atenção as diferenças do setor rural.

No ano de 1995, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, decidiu reformular o PROVAP no que diz à área de abrangência levando a reformular o programa para dar passo, no ano de 1996, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, regulamentado pelo decreto presidencial nº 1.946 de 28 de julho de 1996 (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

2.2 Histórico do PRONAF

Nos anos 1990 ocorreram manifestações pedindo a redistribuição de renda e condições mais igualitárias no país, inclusive para o setor rural. Abramovay e Piketty (2005) ilustram que o momento de desigualdade que o país passava foi um freio para seu desenvolvimento e que para o alcance da equidade e eficiência dependiam das medidas adotadas e dos incentivos para que as políticas públicas englobassem a todos.

Vale ressaltar as lutas empregadas pelos movimentos sociais camponeses, em especial o do Movimento Sem Terra (MST), que reivindicavam a redistribuição de terras em todo o país. Nesse contexto houve dois eventos que marcaram as decisões sobre políticas públicas para a agricultura familiar. Foram eles: o “Massacre de Corumbiara” e o “Massacre do Carajás”, sendo este o gatilho para a criação de políticas públicas destinadas aos trabalhadores rurais, pelo qual o governo se atentou a necessidade da implementação de uma política de reforma agrária (Grisa e Schneider 2015).

Schneider, Mattei e Cazella (2004), também colocam como marco para o surgimento do Pronaf a criação do Mercosul, que afetou diretamente os produtores familiares com a abertura do mercado e seu desequilíbrio, criando uma competição desleal para os pequenos produtores.

Os autores afirmam ainda que os movimentos sociais reestruturaram suas reivindicações para um viés mais de reconversão e reestruturação produtiva para a agricultura familiar, criando assim os movimentos denominados “Grito da Terra” e o “Jornadas Nacionais de Luta”.

Com a forte pressão dos sindicatos e movimentos sociais no ano de 1994, o governo federal verificou a necessidade de reformular as medidas aplicadas no PROVAP com o intuito de abranger de forma mais igualitária as diferenças existentes entre os produtores, neste debate foi decidido uma reformulação tanto em termos de concepção como na área de abrangência do PROVAP e se criou pelo decreto presidencial nº 1.946 de 28 de julho de 1996 o PRONAF.

O objetivo geral do Pronaf é “fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais

e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares” (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004 pág 3).

Operacionalmente o programa é estruturado por quatro grandes linhas gerais de atuação: custeio e investimento; infraestrutura; capacitação e profissionalização; financiamento da pesquisa e extensão rural.

Para se enquadrar no programa, o requerente deve ter uma renda familiar de 80% oriunda da atividade agropecuária, ter ou explorar área de até quatro módulos fiscais, exceto quando exercer atividade de pecuária, passando para até 6 módulos (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004), onde um módulo fiscal representa a unidade de medida estabelecida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para indicação da extensão mínima das propriedades rurais de acordo com a aptidão produtiva de cada área e da localização de cada município (LANDAU, et al. 2012).

No início do programa, segundo Bianchini (2015), houveram diversas dificuldades para a aquisição do crédito por parte dos produtores. Somente foram contratadas 33.227 operações de custeio, das quais 25.216 eram para produtores integrados às cadeias produtivas do fumo na região sul. Este fato, mostrava como o crédito, apesar de ser destinado aos pequenos produtores, por trás existia o lobby dos grandes produtores e organizações de grande porte.

Ainda nos primeiros anos de implementação do Pronaf houve manifestações nos estados brasileiros com o intuito de se reduzir as taxas de juros e a ampliação dos investimentos aos beneficiários do PRONAF. Estas reivindicações dos movimentos sociais foram acatadas pelo governo e foram ampliadas as linhas de crédito do programa (BIANCHINI, 2015).

Conforme as pesquisas de Schneider, Mattei e Cazella (2004), pode-se constatar que houve uma considerável ampliação dos investimentos e lembram o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o fundo de amparo ao trabalhador (FAT), representando no período um montante de 80% dos valores empregados, tornando-se como a principal fonte de promoção dos recursos do PRONAF.

No ano de 1997 o programa ganhou novamente visibilidade nacional passando por uma reformulação e foi incluído em seu plano de ação as áreas de investimento como infraestrutura, capacitação e pesquisa.

Como a abrangência do programa atingia maciçamente a região Sul do país, o governo Federal, com o intuito de disseminar o programa a outras regiões brasileiras, utilizou o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), criados na Constituição de 1988, com o intuito de incentivar e favorecer o desenvolvimento de regiões mais pobres, sendo utilizado por um longo período como ferramenta de investimento do PRONAF nestas regiões (Bianchini 2015).

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004) como estratégia para maior adesão ao programa, o estado teve que desempenhar um papel fundamental frente às instituições financeiras, buscando por uma equalização da taxa de juros e se tornou o avalista das operações bancárias. Em sua totalidade, as tomadas de crédito eram realizadas especificamente em dois bancos públicos, sendo eles o Banco do Brasil e seus correspondentes (cooperativas de crédito) e ao Banco do Nordeste.

O programa obteve uma abrangência muito satisfatória em todo território nacional. Contudo, devido à não segmentação dos produtores o programa acabou não atingindo efetivamente a quem se endereçava. Abramovay e Piketty (2005) retratam que a facilidade de acesso ao crédito fez com que muitos empresários do meio urbano, que usufruam de propriedades rurais de lazer ou improdutivas, aderissem ao PRONAF mascarando a abrangência do programa e tornando mais visível as lacunas entre os produtores.

Com isto no ano de 1999 o Governo FHC, decidiu segmentar o PRONAF e classificar os agricultores por níveis de renda anual, permitindo adequar o financiamento a cada realidade social (Schneider, Mattei e Cazella 2004). Essa segmentação descreve-se na tabela 1 a seguir:

Tabela 1- Beneficiários do PRONAF por grupos.

Grupo	Perfil dos beneficiários	Valor do financiamento	Condições de pagamento	Benefícios extras
A	Agricultores assentados da reforma agrária que, com a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA)	Até R\$ 2.500,00 para custeio da safra e até R\$ 13.500,00 para investimentos.	Para o custeio da safra serão dois anos e taxa de juros de 2% ao ano. Já para o crédito de investimento são 10 anos (5 anos de carência) e taxa de juros de 1,15% ao ano.	Desconto de 46% sobre o valor financiado. (Se respeitando as condições de pagamento)
B	Agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00	Os valores dos financiamentos (custeio mais investimento) são limitados em até R\$ 1.000,00 para qualquer atividade geradora de renda, com taxa de juros de 1% ao ano.	Prazo para pagamento de dois anos, sendo um de carência	Desconto de 25% sobre o valor financiado, (se respeitado os prazos do empréstimo)
C	Agricultores familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00	Os limites de financiamento para custeio são de R\$ 2.500,00, com juros de 4% ao ano, já para investimentos, o limite é de R\$ 5.000,00 e o prazo de pagamento de até oito anos, com a mesma taxa de juros.	Para pagamento do crédito de custeio prazo de 2 anos mais desconto (rebate) de R\$200,00. Já para o de investimentos, limite é de R\$ 5.000,00 e prazo de pagamento de até oito anos, com a mesma	Desconto de 25% sobre os juros. (Se respeitado os prazos do empréstimo)

			taxa de juros.	
A / C	Agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados.	Os limites de financiamento de custeio variam de R\$ 500,00 até R\$ 2.500,00, com juros de 2% ao ano.	Prazo de pagamento de até dois anos	Esse grupo também é beneficiado por um desconto de R\$200,00 sobre o valor emprestado desde que quitado dentro dos prazos estabelecidos;
D	Agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$14.000,00 e R\$40.000,00.	Custeio de até R\$ 6.000,00, com juros de 4% ao ano. Já para investimento o limite de financiamento é de até R\$ 18.000,00, com juros iguais o de custeio.	Para o de custeio prazo de até dois anos. Já para o de investimento prazo de até oito anos e juros iguais ao do custeio	Podendo ser reduzido em 25% o valor referente aos juros para os pagamentos no prazo
E (Proger Família Rural)	Agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 a 60.000,00	Os limites de financiamento para custeio são de R\$ 28.000,00, com juros de 7,25% ao ano. Já para investimento, o limite de financiamento é de R\$ 36.000,00, com juros idênticos ao crédito de custeio.	Custeio tem um prazo de pagamento de 2 anos enquanto o de investimento com prazo de até 8 anos e uma carência de 3 anos.	Não há previsão de desconto

Fonte: Schneider, Mattei e Cazella (2004 p. 5)

No mesmo período que houve a segmentação do PRONAF o Governo FHC criou em 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde o programa saiu das atribuições da extinta Secretaria de Desenvolvimento Rural no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, passando para a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001 estabelecido pelo Decreto Nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, tornando-se o programa prioritário da nova secretaria .

No novo ministério também foi atribuído o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição encarregada da política fundiária e de assentamentos da reforma agrária. Estas reformas institucionais, promoveram maior visibilidade e competitividade da agricultura familiar perante os governantes e sociedade civil, criando um constante diálogo entre esses atores (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Um balizador importante para o PRONAF se deu no ano de 2002, quando o eleito presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), assumiu com a sociedade civil o compromisso de desenvolver políticas sociais e combater à fome no país. Grisa e Schneider (2015) relatam que o Governo Lula, foi muito aberto ao diálogo e trouxe para dentro do cenário político representantes de movimentos sociais que ajudaram a redefinir juntamente aos grupos da “burguesia”, as políticas públicas voltadas a agricultura familiar com os eixos centrais no combate à fome, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável das famílias.

O processo de descentralização respaldado pela Constituição Federal de 1988 serviu como marco para, a partir do ano de 2003, promover uma reformulação mais participativa do PRONAF e de outros programas ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e a SAF como o programa Vida Digna no Campo e o Programa Brasil Fome Zero. Este último, cumpriu papel fundamental no desenvolvimento da agricultura familiar, devido às medidas adotadas para se atingir as metas e a criação do Programa de Aquisição de alimentos (PAA), que tinha por finalidade a compra da produção dos agricultores familiares (Grisa e Schneider 2015).

Neste período o MDA criou políticas para desburocratizar a tomada do crédito, trazendo uma série de mudanças, em especial, a facilidade na retirada da

certidão de aptidão. Antes eram emitidas por órgãos de extensão do governo, passando a ser emitidas pelo INCRA e por sindicatos de produtores credenciados pelo MDA. Segundo o site da Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo:

“A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da Agricultura Familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas” (MDA, 2019, pg. 01).

Outra medida adotada foi a redução das taxas de juros e desconto nos empréstimos bancários com o intuito, por parte do governo, de acabar com a exclusão dos pequenos produtores rurais, o que contribuiu para o programa a ser disseminado no país.

Abramovay e Piketty (2005) ainda ressaltam que seria impossível financiar a agricultura no país sem algum tipo de subsídio, o que leva o programa a ser confundido por muitos como transferência de renda, e por isso, o governo estuda novas medidas para incentivar os bancos a emprestarem dinheiro aos pequenos produtores sem transformar o crédito em um subsídio direto por parte dos bancos.

Todos os autores estudados na pesquisa (Schneider, Mattei e Cazella (2004); Tolentino (2012); Abramovay e Piketty (2005); Grisa e Schneider (2015), evidenciam que o PRONAF foi um programa fundamental para o desenvolvimento agrário brasileiro ajudando tanto em uma inclusão no crédito como no desenvolvimento social das famílias. Para Tolentino (2012), independente do crédito agrícola ter transformado e impulsionado a agricultura familiar brasileira a padrões de dignidade, o agricultor familiar não impõe suas condições, continuando inerte nas decisões do mercado.

A Figura 1 demonstra o amplo crescimento econômico empregado pelos agentes públicos para beneficiar um volume considerado de pessoas, colocando o PRONAF como programa fundamental no compromisso da redução da pobreza e

ajudando na redução do êxodo rural. Mostrando como os governantes tiveram papel fundamental no aumento dos repasses destinados a agricultura familiar.

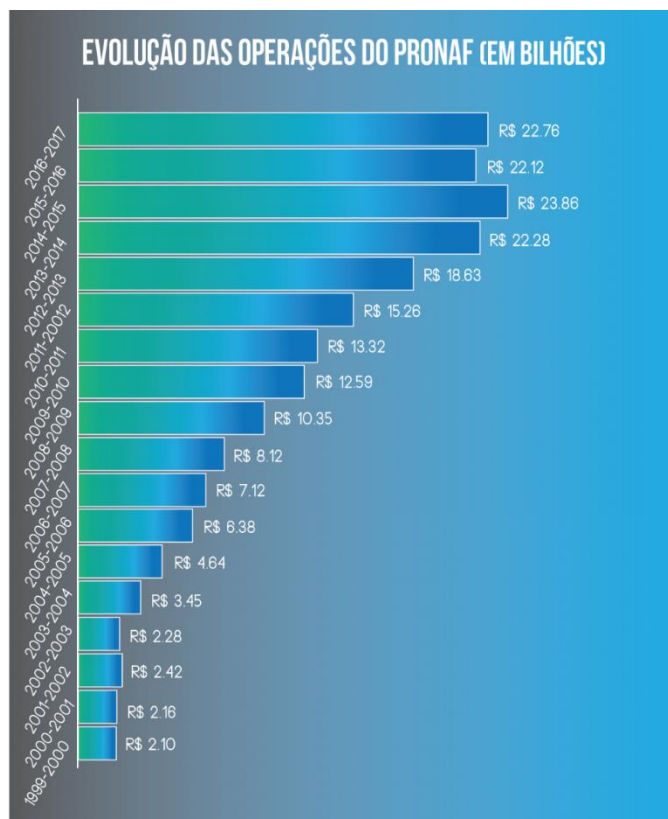


Figura 1 - Evolução do Pronaf em milhões.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2018

2.3 PRONAF GRUPO B (Microcrédito)

O PRONAF foi dividido em diferentes grupos conforme a faixa de renda das famílias. Um dos grupos corresponde ao “B” que abrange agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00 no ano de 2005.. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo, localizadas em regiões com concentração de pobreza rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2006).

Os valores dos financiamentos (custeio mais investimento) são limitados em até R\$ 1.000,00 para qualquer atividade geradora de renda, com juros de 1% ao ano e prazo para pagamento de dois anos, sendo um de carência. Nessa modalidade de crédito, o tomador pode se beneficiar de um desconto de 25% sobre o valor financiado, quando os prazos de ressarcimento do empréstimo forem respeitados (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004).

Apesar de ser um dos maiores grupos do PRONAF, o grupo B não foi beneficiado pelo programa em seu início, onde a representatividade dos produtores era muito baixa. Os chamados agricultores periféricos ocupavam uma posição marginal na distribuição do financiamento rural, sendo seu financiamento confundido com questões sociais do que propriamente uma questão necessária para desenvolvimento de sua produção (AQUINO, *et al.* 2014)

Os produtores do Grupo B são classificados como os mais vulneráveis socioeconomicamente da agricultura brasileira e, por isso, lhes são disponibilizadas linhas especiais de microcrédito. Entretanto o microcrédito pode ser entendido com uma redemocratização do crédito, trazendo acesso ao sistema financeiro, um grupo social que anteriormente não era incluído na carta de clientes dos bancos.

Segundo Aquino *et al.* (2014), algumas características evidenciam o nível da fragilidade socioeconômica dos produtores beneficiados pelo microcrédito, pois estes:

- i) exploram a terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros; ii) residem na propriedade ou em local próximo; iii) possuem áreas de terra inferiores a quatro módulos fiscais, que são exploradas a partir do trabalho familiar, sem ocupar qualquer tipo de empregado permanente; e iv) por contar 82 Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira da sua condição precária, obtêm baixos níveis de renda monetária a partir das atividades agropecuárias desenvolvidas, não superando R\$ 3 mil*

ao ano (a.a.), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Para Aquino *et al.* (2014), mesmo se diferenciando as classes de produtores do PRONAF, o Grupo B apresentou uma baixa cobertura no financiamento pelos produtores, onde foi constatado que os baixos níveis de educação e assistência técnica, levam a um menor alastramento do programa na comunidade, revelando uma ineficiência nas operações.

Segundo Sereno (2012), o microcrédito no Brasil foi atribuído aos gestores perceber que uma parcela significativa de produtores eram excluídos pelas condições impostas pelo sistema bancário tradicional, por não conseguir garantir o pagamento de seus empréstimos e pela baixa remuneração atribuída a este segmento.

O autor também relata que, para se mostrar atrativo aos bancos, o governo com auxílio do Tesouro Federal buscou equalizar a taxa de juros por intermédio da cobertura das diferenças aos bancos privados. Contudo, os mesmos não ofereciam as linhas de crédito aos produtores pela baixa atratividade do investimento no mercado, deixando a responsabilidade dos financiamentos destinados, em sua maioria, aos bancos públicos.

Segundo Aquino e Silva (2017) o Brasil é um dos únicos países do mundo que dispensa os bancos privados de fazerem empréstimos subsidiados e transfere toda a responsabilidade dos empréstimos aos bancos públicos e seus correspondentes, que utilizam recursos do Tesouro Nacional para repassar o subsídio. Demonstrando que esta atitude leva comunidades mais pobres a receber recurso do governo federal para ser alavancar sua renda gerando um desenvolvimento social e econômico para estas comunidades.

Para Magalhães e Abramovay (2015), o aumento significativo da quantidade de beneficiários do PRONAF grupo B se dá pela vontade governamental em ampliar o programa, pelo trabalho dos mediadores que

buscaram construir uma clientela do programa e pela decisão do Banco do Nordeste que atua como organização financeira e agência de desenvolvimento.

Em 2005, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) decidiu criar com as participações do Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e do MDA o programa de microcrédito produtivo AGROAMIGO, que tinha como principal diretriz a de disseminação do crédito pautado em três fundamentos: informação, confiança e capacidade de fazer cumprir os contratos. O AGROAMIGO teve sua área de abrangência na região Nordeste e o norte de Minas Gerais, onde sua criação foi realizada para minimizar os impactos negativos que se encontrava no PRONAF grupo B (Silva e Aquino 2017).

Aquino (2017) e Magalhães e Abramovay (2015) concordam ao sinalar que um dos problemas marcantes na linha PRONAF Grupo B foi a elevada inadimplência atribuída à ineficiência no atendimento, na orientação aos produtores na tomada do crédito e na ausência de acompanhamento técnico.

Segundo Magalhães e Abramovay (2015), o PRONAF B trouxe para o sistema bancário indivíduos que anteriormente não tinham relação alguma com o mercado financeiro, fazendo que a formalidade da tomada de crédito fosse estranha a este novo público, pelo simples fato dele estar vivendo próximo a linha da pobreza e ao mesmo tempo tomando um crédito com a obrigatoriedade de realizar o pagamento. Mesmo passando pelos sindicatos e órgão de extensão rural, a tomada de crédito por estes grupos não é nada trivial, sendo um grupo excluído socialmente a tomada de crédito.

O AGROAMIGO se institucionalizou no nordeste brasileiro para combater os problemas relacionados ao PRONAF B, com o intuito maior de se reduzir a inadimplência dos produtores atraindo novos agentes financeiros interessados em investir nesta classe de produtores. Silva e Aquino (2017) mencionam ainda que o empenho das organizações na fiscalização e um trabalho de conscientização sobre as regras de uso do crédito foi um critério primordial para o controle da inadimplência.

Magalhães e Abramovay (2015) afirmam ainda que a adimplência se torna uma estratégia utilizada pelos produtores rurais para se manter competitivos e

preservá-los no mercado, onde a sua principal garantia de se manter no mercado, e evitar a inadimplência e sempre ter credibilidade no mercado para tomada de crédito. Onde se constata que a conscientização dos produtores para se manter em dia com seus compromissos teve ligação direta aos subsídios empregados nos contratos pelo governo para garantir a adimplência dos agricultores.

A conscientização não foi a principal causa da diminuição da inadimplência, o recebimento de outros benefícios também contribuiu para que as famílias arcarem com seus financiamentos. Estes benefícios estão ligados diretamente aos programas criados pelo governo para o combate à fome, entre eles estão o programa Bolsa Família, que auxiliou em muito esta classe de produtores facilitando sua inserção ao mercado.

Para Magalhães e Abramovay (2015) a redução da inadimplência e a combinação de recursos do PRONAF, com os recursos vindo das bolsas e aposentadorias, foi observado também que quanto mais limitada são as fontes de renda da família, maior será o risco de não arcar com seus compromissos financeiros.

O surgimento do “Bolsa Família” cumpriu papel importante no desenvolvimento do PRONAF Grupo B ao garantir aos pequenos produtores, em condições de extrema pobreza, o acesso a uma nova fonte de renda. Desta forma, os investimentos do PRONAF tinham maiores possibilidades de serem aplicados dentro da própria propriedade, criando assim uma nova condição para geração de renda (ALONSO E SANT`ANA, 2010).

Segundo Magalhães e Abramovay (2015 p.13), o uso de auxílios e Pronaf Grupo B nas famílias rurais pobres é frequente e há uma forte sinergia no uso dos recursos do crédito e dos programas assistenciais. Com a utilização dos recursos para as necessidades básicas, ocorre um uso mais eficiente do crédito, contribuindo para o aumento das condições de renda.

Outro fator importante para a redução da inadimplência foi o desenvolvimento do PRONAF Mulher, que criou uma diversificação do tipo de renda e produção das famílias, onde havia uma monopolização dos investimentos do PRONAF Grupo B se destinavam a cadeia produtiva da bovinocultura. O

financiamento das atividades femininas acabou se tornando estímulo à diversificação é à inserção mercantil de produtos e serviços que não faziam parte dos mercados, criando com isto uma valorização do “trabalho invisível” das mulheres que ocorrem as poucas, no entanto expressivas experiências de inovação (Magalhães e Abramovay 2015 p.21).

Ainda Magalhães e Abramovay (2015 p.21), ressaltam que as atividades como artesanato, comércio, oficinas de costura, beneficiamento de alimentos, serviços de limpeza, perfumaria e cosméticos são atividades predominantemente femininas. Estas atividades são fundamentais para a diversificação das unidades produtivas, o que auxilia no aumento substancial da renda das famílias e das economias locais. Mesmo que o uso do Pronaf para o financiamento de atividades não agrícolas seja muito pequeno, seu papel é fundamental para estimular o acesso aos mercados que os produtores já conheciam.

As medidas adotadas pelo PRONAF Grupo B foram criadas para fortalecer uma política de crédito transitória, onde a intenção era que os beneficiários passassem a utilizar o PRONAF Grupo C, após a utilização de 3 financiamentos com B. Apesar da regra, os agricultores não eram obrigados a passar para o grupo C e se mantinham no Grupo B pelas condições de juros e subsídios mais atraentes que o do Grupo C (MAGALHÃES E ABRAMOVAY, 2015).

Segundo Abramovay, Cazella e Mattei (2004), mesmo tendo algumas dificuldades em seu desenvolvimento o programa teve aptidão satisfatória nas regiões brasileiras, em virtude das várias medidas adotadas que enquadraram o programa na realidade das regiões brasileiras, ocasionando a correta destinação de recursos e aumentando a capilaridade do crédito no Brasil. Se destaca as taxas de juros fixas e as baixas taxas de juros como pilar da equidade dos recursos no Brasil, garantir uma condição de igualdade na tomada de crédito teve papel primordial no desenvolvimento do PRONAF.

Apesar dos aspectos positivos deste tipo de crédito, seu baixo impacto pode estar explicado por não levar em conta estratégias como aquelas indicadas pelo Banco Mundial como fundamentais para o combate à fome. Entre elas a valorização do capital humano, a reforma do mercado de terras, ampliação da

pesquisa e transferência de tecnologias, a reforma do mercado financeiro, política comercial e de preços e programas de transferência (MAGALHÃES E ABRAMOVAY, 2015 p.18).

O PRONAF Grupo B vai contrário a estas sugestões, onde três questões se mostram latentes na instituição do programa, a ausência de uma cultura de empreendedorismo por parte dos agricultores e inovação dos mediadores, ausência de mercados abertos aos agricultores e por último a ausência de infraestrutura onde se aplique em produtos mais rentáveis (GUANZIROLI, 2007).

Pode se concluir que é incontestável para os autores utilizados que o PRONAF B se tornou uma política de desenvolvimento social de extrema importância para os pequenos produtores rurais na linha da extrema pobreza, apontasse que as diferentes reformulações e a criação de distintos programas com a finalidade de auxiliar estes agentes na tomada de crédito, surgindo uma liquidez das famílias, ampliando suas possibilidades do uso consciente dos recursos. (Magalhães e Abramovay 2015 p.20) retratam que o objetivo principal do programa ainda não foi alcançado, mas manteve papel fundamental no combate à pobreza e geração de renda.

2.4 Assistencialismo Social *versus* Inclusão produtiva no PRONAF de microcrédito.

Quando o governo no ano de 1996 decidiu pautar as necessidades das políticas destinadas a agricultura familiar, ele direcionou para um lado estritamente assistencial, causando um certo desconforto nos representantes da agricultura familiar que demonstravam uma preocupação no enquadramento que a política está tomando em torno do assistencialismo. No III grito da terra, as manifestações pautadas eram de que o PRONAF não fosse direcionado unicamente como um programa social e sim fosse incluído como um programa de características econômicas que visa o lado econômico e social (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. S135).

Quando o governo no ano de 1996 decidiu criar o PRONAF, surgiu a polêmica na formulação da nova política agrária em qual esfera ela seria

implementada pelo governo, a discussão na época gerou confrontos relacionados se o novo programa não seria apenas uma forma de assistencialismo social ou poderia se considerar como uma maneira de se incluir produtivamente esta parcela da população com baixo poder econômico. Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), somente após a constituição do PRONAF, uma parcela relevante de agricultores familiares puderam usufruir de empréstimos subsidiados e investiram em suas propriedades.

Mesmo o Pronaf em sua constituição ser um programa destinado a inclusão de agricultores com baixo poder econômico, ele é confundido como sendo um programa com fins exclusivos de assistencialismo. O assistencialismo social e a inclusão produtiva no PRONAF geram uma ambiguidade em seu conceito onde Cazella, et al. (2016) relatam que apesar do PRONAF não ter características de programas assistenciais a mistura no conceito está relacionada basicamente pela amplitude das políticas do PRONAF que se direciona a uma população economicamente mais frágil.

Segundo Cazella, et al. (2016), a elaboração das políticas públicas no Brasil colaboram para a constituição equivocada do conceito, onde a lógica da “contrapartida” e facilmente confundida como “doação” por parte dos agricultores. Os autores relatam também que mesmo as políticas sendo equivocadas a elaboração das políticas públicas não priorizam beneficiar um ou outro conceito, elas visam o resultado no todo.

A ambiguidade dos conceitos está diretamente ligada a ausência de um desenvolvimento tecnológico e as regras redigidas na formulação do PRONAF, o transformando especificamente para a transferências de rendas, desconsiderando o principal fator de inclusão produtiva. Segundo Abramovay e Magalhães (2005), o comportamento dos atores que interagem no programa inviabiliza o seu potencial inovador, trazendo um comportamento de desconsideração para as regras e diretrizes do PRONAF de erradicar a pobreza rural.

2.5. Caracterização Do Município de Buritis

O município de Buritis é uma cidade do noroeste de Minas Gerais, que a muito tempo pertenceu ao município de Unaí, ocorrendo a emancipação como município no ano de 1961. O município conta com uma área total de 521.900 hectares onde são destinados à Agropecuária 373.936,33 hectares, que são divididos em 1.759 propriedades, já a sua população e de 22.732 habitantes onde 5974 residem na área rural. (IBGE, Censo agropecuário 2016).



Figura 2 - Site cidade de Buritis-MG (2018)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,672, o que demonstra um baixo IDH tomando como base a média do estado de Minas Gerais que possui uma marca de 0,731 sendo o nono do país que tem um IDH médio de 0,699. Parte deste baixo IDH do município está relacionado à evasão escolar do ensino fundamental para o ensino médio e ligado, que matriculou no ano de 2010 4.285 alunos no nível fundamental e no ano de 2018 foram realizados 1.232 matrículas para o ensino médio. (IBGE, 2016)

A cidade conta com nove estabelecimentos públicos de saúde vinculados à rede Sistema Único de Saúde - SUS e 16 escolas estaduais que atendem desde aos níveis fundamentais aos níveis médios. E as principais rodovias do município são a BR-030, BR-040 e MG-400. Na parte de energia elétrica e águas do município é distribuída pela CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) e pela COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) respectivamente.

A base econômica do município que tem Produto Interno Bruto (PIB) no valor de R\$635.136.800,00 onde sua composição é constituída da seguinte maneira, 45,36% oriundos da agropecuária, 16,46% comércio local, 7,82% de pequenas indústrias, 30,36% de repasses do governo Federal. Tabela 2 (IBGE, Censo agropecuário 2016):

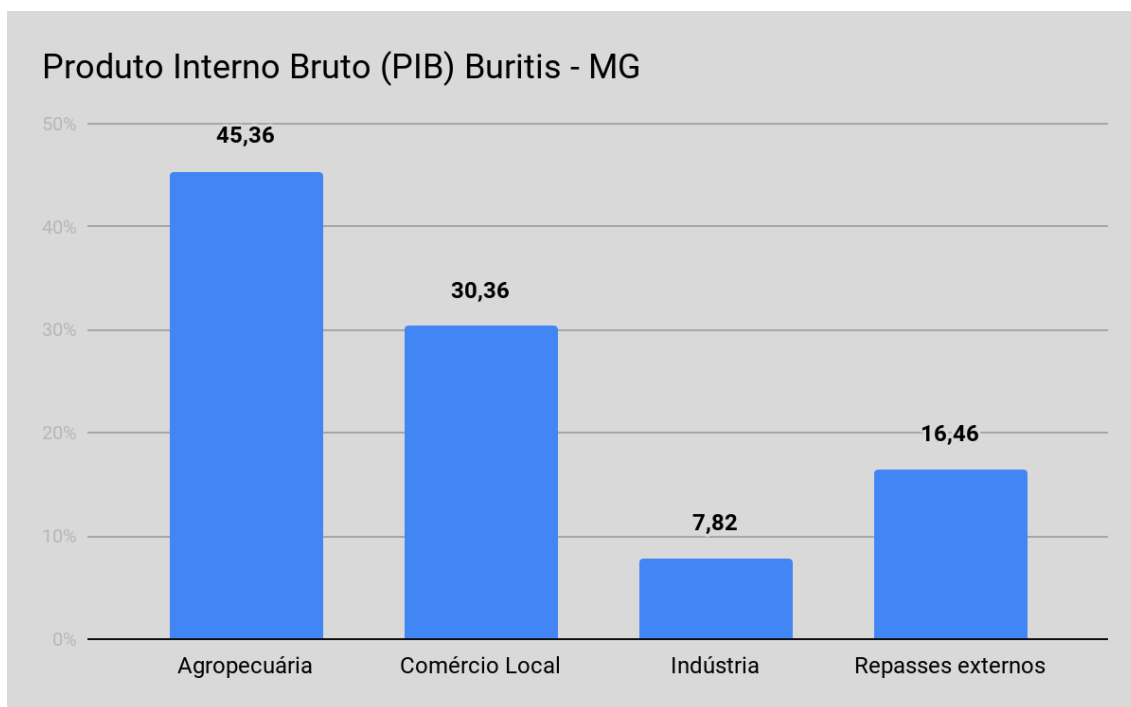


Figura 3 - Fonte: IBGE, Censo agropecuário do ano de 2016.

Uma questão analisada no Censo de 2016 e a distribuição de renda do Município que apresenta uma alta produção de riqueza, tendo uma renda média de dois salários mínimos por habitante formalmente trabalhando, ocupando o 122º no ranking do estado, mas se estratificamos a pesquisa e colocar toda a população o município tem um rendimento médio de $\frac{1}{2}$ salários mínimos por habitante ocupando então o 498º lugar no ranking.

2.6. Movimentos sociais no município

A história do município de Buritis e retratado por constantes lutas e reivindicações da população, este histórico de lutas vem desde a emancipação do município e posteriormente as lutas por reforma agrária no município. OLIVEIRA

(2012) destaca que um fator primordial para o surgimento de conflitos de terra na região está diretamente ligado ao sonho do Eldorado que a capital federal incorporava nas pessoas, ocorrendo uma peregrinação para a capital Federal de pessoas de diferentes regiões brasileiras em busca de trabalho.

Como no período dos anos 1990 Brasília passava por uma alta taxa de desemprego e a população que veio para Brasília era composta por pessoas com baixa qualificação e pouco estudo sendo em sua maioria de origem camponesa em seus estados de origem, o que impulsionaram estas pessoas a ingressarem em movimentos sociais em busca de terra ou ficarem em uma condição desumana na capital federal.

No ano de 1995 se iniciou a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) movimento social que recebeu apoio de outros movimentos se destacando as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's) entidade ligada à igreja Católica e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), começaram a massificar o embate por reforma agrária em Buritis sendo o marco Inicial a ocupação da Fazenda Barriguda do mesmo ano (SANTOS, 2016).

Com o surgimento de embates por terra o governo federal decidiu criar no ano de 1997 na região do Distrito Federal e Entorno a Superintendência Regional do Instituto Nacional de colonização e reforma agrária (Incra), onde o principal foco apaziguar e resolver os conflitos que surgiam na região (OLIVEIRA, 2012).

No ano de 1998 foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE-DF), com o objetivo de promover projetos de desenvolvimento econômico e melhorias em políticas públicas na escala regional. Entre as diretrizes de atuação destacasse a infraestrutura, geração de emprego, transporte, educação, segurança como os princípios da RIDE.

Com a inclusão de Buritis na RIDE-DF, os investimentos na região ampliaram e com uma parceria mútua entre os governos de Minas Gerais, Goiás e do Distrito Federal, ocorrendo o beneficiamento da população pelo asfaltamento da BR-030 que liga Brasília-DF à Buritis-MG e levou energia elétrica para 19 distritos do município (SITE DA SUDECO, 2018).

Segundo Santos (2016) a ocupação da fazenda do embaixador Paulo de Tarso no ano de 2000 teve uma grande repercussão e ajudou na impulsão do movimento na região, mesmo ocorrendo disputas covardes contra os acampados sobre a influência dos sindicatos patronais e governo, a luta na região se manteve firme. Outro marco importante que Santos (2016) nos relata é o acampamento de 300 famílias na Fazenda Córrego da Ponte do então presidente da República FHC, havendo uma intensa represália que teve o contingente de mil policiais para evitar a entrada das famílias na propriedade.

Em reflexo a estas articulações ocorridas nos anos 1990 e 2000 hoje o município de Buritis conta com 33.827 hectares destinados a propriedades com áreas de dimensões inferiores a 100 hectares e totalizam 888 propriedades distribuídas em 22 Assentamentos (Censo Agropecuário 2016).

Outro reflexo das articulações ocorridas no município de Buritis é que 15,35% da população recebe algum tipo de Benefício ou auxílio do governo, entre estes benefícios estão o Pronaf Grupo B que mesmo não ter saído conforme as reivindicações dos movimentos sociais para a região, o programa foi a medida certa para o desenvolvimento, tendo um alcance universal na disponibilidade do crédito (SANTOS, 2016).

O Pronaf Grupo B homogeneizou os assentamentos do município e tem sido até os dias de hoje a principal maneira de inserção de dinheiro nos assentamentos rurais que no ano de 2017 teve mais de R\$ 2 milhões aplicados em 335 contratos conforme tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - fonte: dados do Incra (2018)

PRONAF GRUPO B NO MUNICÍPIO DE BURITIS NO ANO DE 2017				
Destinação dos recursos	Número de contratos de custeio	Valor dos contratos de custeio	Número de contratos de investimento	Valor dos contratos de investimento
Agricultura	1	R\$ 1.744,10	69	R\$ 214.111,05
Pecuária	72	R\$	193	R\$ 1.186.829,61

		899.732,65		
TOTAL	73	R\$ 901.476,75	262	R\$ 1.400.940,66
Total de contratos do PRONAF grupo B		335	Valor total dos investimentos na região	R\$ 2.302.417,41

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi baseada em oito publicações científicas sobre a agricultura familiar e políticas públicas, onde a principal publicação utilizada foi a dos autores Sérgio Schneider e Catia Grisa (2015), titulado “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado do Brasil”.

Também foi utilizado o artigo de Michell Tolentino (2012), denominado “De qual rural fala o Pronaf?”. Outro artigo estudado foi o elaborado por Abramovay e Piketty (2005) intitulada “Políticas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência Brasileira nos anos 90” e também foi utilizado a obra de Valter Bianchini (2015) intitulado de “Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015. Avanços e Desafios”.

Para a coleta de dados em campo, aplicaram-se entrevistas a pequenos produtores beneficiários do Pronaf Microcrédito (Grupo B) do Assentamento Unidos Venceremos situado na Vila Palmeira no município de Buritis -MG. Tendo como foco realizar uma análise qualitativa das percepções a respeito das políticas públicas voltadas a agricultura familiar e a importância desta categoria para o desenvolvimento do país.

Para coleta de dados se elaborou um questionário estruturado contendo 22 perguntas que tiveram o intuito de embasamento na execução da entrevista, tendo como o foco principal os moradores do assentamento que já realizaram a tomada de crédito do Pronaf especificamente o de Microcrédito ou Grupo B. Foram aplicados o questionário a 6 Famílias que aceitaram ser entrevistados e foram identificados com as letras do alfabeto em caixa alta (A, B, C, D, E e F).

As famílias selecionadas para responder os questionários correspondem a 16,67% do total de 36 propriedades do assentamento, mas levando em consideração as pessoas que estão na região é são famílias assentadas pelo INCRA, o número de entrevistados corresponde a 42,86% do total de assentados. Devido a diferentes motivos muitos assentados venderam suas propriedades restando no assentamento apenas 14 famílias regularmente instituídas pelo INCRA.

Utilizaram-se também para analisar informações coletadas na entrevista alguns dados fornecidos pelo INCRA-DF que ajudaram na orientação e formulação das perguntas do questionário. Mas devido a questões de privacidade os valores referentes ao microcrédito no assentamento não foram disponibilizados, mas foi repassado os valores aplicados no município.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com o intuito de analisar se os moradores do assentamento Unidos Venceremos em Burity, MG o Pronaf de Microcrédito (Grupo B) limita-se a um programa assistencial ou gera alternativas para a inclusão produtiva. Para isto, foi realizado um estudo qualitativo com o objetivo de se analisar as experiências dos moradores do assentamento com o Pronaf de Microcrédito e analisá-las à luz do referencial teórico descrito no capítulo anterior.

3.3. Assentamento Unidos Venceremos

Com os intensos conflitos na região, o governo decidiu ceder às reivindicações dos movimentos sociais, atribuindo ao Incra, por meio da Superintendência Regional do Distrito federal e Entorno, o assentamento de trabalhadores rurais, boias frias e meeiros da região que estavam mobilizados e acampados na fazenda do embaixador Paulo de Tarso.

Esses trabalhadores ameaçavam ocupar a Fazenda Córrego da Ponte, propriedade do então presidente FHC, e por essa razão foi criado no ano de 2002 na antiga fazenda Santa Tereza, situada no Distrito de Vila Palmeira, município de Buritis-MG, o Assentamento Unidos Venceremos ocupando uma área de 1.694 hectares repartidos em 36 propriedades com média de 47 hectares por família assentada (ESTADÃO, 2002).

A região do assentamento conta diferentes tipos de solos (latossolos, neossolos quartzarênicos, cambissolos, litólicos e gleissolos), enquadrados em diferentes classes, ordens e subordens, variando em cor, profundidade e fertilidade. Estas características orientaram a diferenciação das áreas junto com a disponibilidade de água (Termo de abertura do Assentamento do INCRA). No mapeamento hidrográfico, o assentamento conta com um afluente do Rio Urucúia sendo o denominado de Rio Cupim, um rio perene com volume de água significativo, que corre na área mais baixa do assentamento (Termo de abertura do assentamento, 2013).

Quando regulamentado o assentamento o governo por intermédio do Incra buscou parcerias com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para o assessoramento dos recém-assentados em busca de uma alternativa de fortalecimento e geração de renda. Com o apoio do Incra e da EMATER foi construído em cada unidade uma casa com banheiro, sala, cozinha e dois dormitórios. Foi implementado também o Pronaf de investimento onde foi concedido a cada propriedade o valor de R\$ 10 mil destinados a infraestrutura e também o Pronaf de custeio onde cada produtor realiza a tomada de crédito de até R\$ 3.500 destinados exclusivamente para a produção agropecuária. (Termo de Abertura do Assentamento – Incra, 2013).

O próximo tópico irá abordar a percepção dos moradores que vivem no assentamento a respeito do programa de microcrédito do PRONAF, englobando dados da pesquisa.

3.4. Percepção dos moradores do assentamento sobre o PRONAF de microcrédito

A seguir serão analisadas cada uma das 22 questões que integraram o questionário (Apêndice 1)

Em relação ao perfil dos entrevistados, conforme tabela 3 que segue abaixo.

Tabela 3 - Fonte: Dados da pesquisa

Como é composto seu grupo Familiar e a faixa de idade?		
Família	Quantidade de integrantes	Faixa de idade
A	2	65 e 72
B	2	67 e 70
C	2	65 e 69
D	2	55 e 74
E	3	21, 45 e 69
F	4	4, 15, 32 e 63
Média do grupo familiar	2,50	52,40

Observando a média de 2,5 moradores por propriedade e a sua faixa etária média de 52,4 anos podemos refletir que o assentamento Unidos Venceremos não vem atraindo a população mais jovem a permanecer no campo e a produção no lote permanece sendo feita pelos pais. Para se justificar este êxodo rural da população mais jovens que vão à cidade em busca de melhores salários, podemos agregar a situação de que há uma dificuldade na geração de renda da família.

Outra questão que justifica a idade dos assentados, tem relação a idade em que estas pessoas foram assentadas na região, muitos chegaram já com uma idade avançada e muitas das vezes os filhos já estavam com idade de sair de casa em busca de novos horizontes. O entrevistado B relatou que “quando chegamos aqui os filhos já eram grandes e já estavam casados morando em outra cidade viemos para cá na cara e na coragem para construir isto daqui”

Tabela 4 - Fonte: Dados da pesquisa.

Todos trabalham na propriedade?	
A	Fora e Dentro
B	Sim
C	Sim
D	Sim
E	Sim
F	Sim

O trabalho na propriedade apesar das dificuldades é realizado exclusivamente com a mão de obra familiar e a atividade produtiva consiste na produção leiteira como principal fonte de renda. Mas as famílias produzem de forma de subsistência outros itens como a mandioca, milho, feijão, hortaliças, e pequenos animais (porco e galinhas) para consumo próprio.

Outro ponto fundamental que se tem que analisar é o escambo que ocorre dentro do próprio assentamento, muitas das vezes se realiza trocas de mão de obra por uma saca de milho ou uma de feijão e o dinheiro propriamente não circula na propriedade, fazendo com que o Leite seja o carro-chefe para a região. O entrevistado F relata que “Não vivo de plantação, tenho ela só para consumo de casa e realizo troca com os vizinhos, e pouco, mas quase não gasto no mercado, o que o leite me dar é o suficiente para manter minha família”.

Um ponto desfavorável na produção leiteira da região é a comercialização do leite, devido às baixas taxas de produção os laticínios não fazem a coleta do leite nas pequenas propriedades o que surge na região a figura do atravessador que compra o leite em valores abaixo de mercado e revende aos laticínios por um valor maior.

Uma solução para o problema seria a criação de uma associação dos produtores da região, mas devido à ausência de cooperação dos produtores até hoje a região não se criou uma associação. O entrevistado B e o C relataram a falta de interação entre eles, que desde a criação do assentamento há “brigas” entre os 36 moradores da região, o entrevistado C fala da desavença que foi a construção de um poço de água na região, “para construir o poço ninguém quis ajudar, aí foi eu e fulano atrás disto e quando furamos o poço, todo mundo veio atrás para usar a água. Mas não é só isto não, a briga agora é por um tanque de resfriamento, todo mundo fala que eu estou querendo para mim, mas quando falo que pode ficar no lote deles *“tudo pula fora”*, é uma desinteligência este povo...”

Outra atividade que ajuda na composição da renda das famílias é o extrativismo do pequi, árvore frutífera nativa encontrada em abundância na região que em época de colheita mobiliza os moradores, já que aparece na região muitas pessoas em busca do fruto para a compra e alguns produtores saem para vender diretamente o fruto nas feiras da cidade de Buritis, como é o caso das famílias do A e F.

Quando entramos com a pergunta sobre a fonte de renda da propriedade e a renda média das família ocorre uma certa instabilidade nos moradores, pois é unânime entre as propriedades abordadas o recebimento de aposentadoria rural o que cria um certo desconforto entre eles, mas todos relataram que recebem em média 2 salários de aposentadoria e tiram da propriedade mais 1 salário da produção de leite, exceto o entrevistado F que disse que só recebe 1 salário de aposentadoria e retira mais 3 salários da propriedade, “aqui recebo um salário de aposentadoria e da propriedade retiro mais 3 salários, pois vendo queijo e frango

na feira de Buritis e a mulher ainda faz uma unhas e cabelos das moradoras daqui o que ajuda em muito no conta”.

Quando perguntados quando tiveram acesso ao crédito do Pronaf de Microcrédito a resposta foi unânime em dizer que foi no ano de 2002, quando foi registrado a termo de abertura do assentamento, foi então perguntado como foi o acesso ao crédito, e outra vez a resposta foi uniforme em dizer que no início do projeto do assentamento o Incra estava na região e auxiliou em muito na tomada de crédito, conforme o entrevistado B é enfático em dizer “se não fosse o Incra aqui não conseguiria nunca pegar um negócio deste, e muita burocracia muita coisa para fazer, é muito complicado... não sei pros outros mas se não fosse o INCRA não conseguiria”.

Outro ator que teve papel considerável na região para a tomada de crédito foi a EMATER. Esta organização, conforme as pessoas entrevistadas, auxiliou em muito para o acesso ao crédito, dimensionamento do que seria produzido e onde os recursos seriam aplicados. Os entrevistados B, C e F falam da EMATER com bastante reconhecimento, “os meninos eram bons, era ir ao banco com as folhas que eles traziam para a gente que o negócio funcionava e quem seguia o que estava no papel podia ter certeza que no final você receberia aquilo ou até mais um pouco do que estava ali” como fala o entrevistado F.

Santos (2016), relata que o excesso de burocracia acaba afastando o produtor a realização o crédito o que inviabiliza a construção de renda na propriedade, acabando e descaracterizando a propriedade rural e o assentamento da reforma agrária. Também é levantado pelos entrevistados a ausência do Incra e EMATER no segundo Ano de que já estavam assentados na região, trazendo ao cenário a figura dos intermediários de crédito, que sempre leva uma fatia do que é conseguido junto aos bancos.

Com a presença destes intermediários se enfraquece o programa de crédito, ocorrendo o desvio dos recursos para fins de “bonificação” do intermediário causando uma elevada chance de inadimplência do agricultor por ter

aplicado indevidamente o crédito na produção. O empréstimo tendo condições de pagamentos “facilitados” muitos não conseguem honrar com seus compromissos, tendo como sua aplicabilidade de recursos reduzido por pagamento indevido a intermediadores. Em seu trabalho Abramovay e Piketty (2005) retratam a questão das condições de empréstimos serem fundamentais para o desenvolvimento dos produtores, mas ao mesmo tempo é impossível saber se os recursos foram alocados na produção ou foram utilizados em outras áreas que não estão ligadas ao setor produtivo, atribuindo a isto especificamente as condições benéficas de crédito que se aplica a estes sistemas.

Outra questão levantada pelos entrevistados foi crédito de fomento. Quando tiveram que utilizar o valor em empresas credenciadas pelo Incra, transformando a simples compras de insumos em verdadeiras extrações de recurso dos produtores. Dois dos entrevistados relataram que quando iam comprar mourão, estacas e arames na loja o valor estava superfaturado em relação ao mercado local. O entrevistado C conta “no dia que fui formar minhas pastagens o saco de semente estava R\$ 145,00 quando falei que era para anotar na conta do Incra me repassar um valor de R\$ 190,00 me argumentaram que o valor demoraria a ser repassado a eles por isto elevavam o valor”. Já o entrevistado A fala “não aceitei e fui atrás do Incra para reclamar dos valores que as lojas na loja cobravam e lá me informaram que tinha que ser assim que não seria destinado o dinheiro em mão para eles só por meio de notas fiscais”.

Observando os fatos nota-se que neste primeiro momento houve por parte do Incra um interesse para que os produtores destinassem o valor captado na infraestrutura de sua produção, mas infelizmente ocorreu um oportunismo por parte dos empresários credenciados ao Incra na venda de seus produtos causando uma perda perceptível no poder de compra dos produtores. Mesmo com as reclamações por parte dos produtores o dilema do Incra era que se fosse liberado o dinheiro, ao invés de insumos os recursos poderiam ser empregados em outras áreas que não produtiva.

Na entrevista se perguntou como o Pronaf de Microcrédito ajudou a propriedade e todos responderam que auxiliou em muito, foi mencionado ainda pelos entrevistados as pastagens e as cercas, tendo em vista que todos são produtores de leite. Quando aprofundado a pergunta se percebe que além das pastagens e cercas há muitas benfeitorias que foram realizadas com o recurso do Pronaf, como é o caso do poço comunitário e suas respectivas tubulações que foram construídas com recursos oriundos do Pronaf.

Para o entrevistado D o Pronaf não só ajudou na questão da produção. Ele se refere ao programa do Pronaf como “benção”, nas palavras dele: “o Pronaf foi uma benção na minha casa, não vou lhe dizer que só me ajudou na formação da pastagem que estarei mentindo, só Deus sabe o que me ajudou botando comida na minha mesa, que antes eu não tinha aposentadoria e para tirar dinheiro daqui sem as pastagens formadas era complicado, tive que trabalhar muito até conseguir uma rendinha”.

Apesar de ser um programa destinado a produção para posteriormente ser um fator de geração de renda dos produtores, o perfil dos produtores não permitiu um investimento exclusivo na produção e acabam destinando parte dos recursos na sua manutenção ou em outras “prioridades” de vida, fato este que é relatado pelos entrevistados se referindo aos vizinhos que venderam suas propriedades, “muitos aqui não souberam investir o dinheiro, e saíram comprando carros, motos, tomando pinga e depois não tinha uma galinha pra pôr um ovo e outros a família era tão grande que era por comida em casa ou fazer uma cerca” (entrevistado A).

Um ponto importante que se levantou nas entrevistas é a questão do abandono da assistência técnica que no início era assídua no assentamento e com o passar dos anos houve uma interrupção na assistência, trazendo aos produtores um desinteresse e junto a instabilidade na produção, este fato é relatado pelo entrevistado C quando diz que a EMATER o ajudava no Planejamento de sua produção e assim que se viu sem o auxílio fez coisa errada, “quando eles pararam de vir aqui, peguei um crédito para comprar umas

vaquinhas, mas não tinha pastagem para elas, aí fiquei correndo com vaca em corredor e em pasto de vizinho até plantar meu capim”. Observa-se que o Microcrédito tem papel determinante na produção, mas se não aliado a uma assistência técnica e um planejamento, a chance de se ocorrer uma imprecisão do uso dos recursos aumenta tornando o crédito inutilizado.

Quando perguntado sobre as impressões que tiveram sobre o Pronaf de Microcrédito o resultado para todos foi que o projeto foi adequado para a situação, mas fizeram ressalvas sobre o programa. Entre elas estão a burocracia dos bancos e a falta de informação sobre os financiamentos, muitos produtores não têm experiência referente ao sistema bancário o que confundiu o programa como sendo um subsídio não como financiamento. Os entrevistados A e F relatam que enquanto o Incra e a EMATER estavam na região a inadimplência aqui era baixa, era sempre repassado que teriam que realizar o pagamento do valor que estava sendo destinado.

Outra vez a figura do intermediário surge no cenário da região. Segundo as pessoas entrevistadas, o governo federal tinha liberado um dinheiro para eles mas para isto necessitaria entregar uma documentação para haver a compensação do valor, quando era retirado o valor o produtor repassa um valor para estes intermediários e os demais aplicavam em sua propriedade ou realizavam compra de algo que não fosse para a propriedade. O entrevistado E relata que quando recebeu o dinheiro deste empréstimo adquiriu uma moto pois achou que não precisaria pagar e não investiu em nada dentro da propriedade.

Para o Entrevistado B o programa foi muito bom e ajudou em muito em sua produção, contudo o mesmo achou errado a maneira como o dinheiro era repassado a eles, “tudo era entregue no início e ficar com dinheiro parado acaba gastando e não tendo lá para a frente”, se referindo quando pegou um dinheiro para a compra de uma vaca e reformar a sua pastagem. Analisando de forma crítica o relato do entrevistado B, percebe-se, que essa é a realidade da maioria das famílias entrevistadas, ou seja, o dinheiro que era para ser exclusivo da

produção foi empregado em outras áreas e na própria manutenção da residência dos entrevistados.

Quando se pergunta sobre se houve dificuldades na tomada do crédito a resposta é unânime em dizer que não, mas quando aprofundado a pergunta se descobre que houve sim dificuldades, não quando tiveram o acesso ao primeiro crédito e sim nos acessos posteriores. A maior causa desta dificuldade está na inadimplência dos produtores com contratos passados ou quando há restrições de nome referente a outras dívidas adquiridas no período.

Quando o questiona abrange ações relacionadas ao Governo, exemplo se houve auxílio por parte do governo, a resposta novamente é unânime em dizer que houve sim uma ajuda, tanto na questão da facilidade do crédito como abundância de recurso. A afeição da fala dos entrevistados demonstra que há um reconhecimento pelos órgãos do governo e das políticas públicas aplicadas nos últimos anos.

Para os entrevistados B e F o governo ajudou bastante, mas faltou também uma cooperação maior entre a população sabemos que é difícil ajudar a todos mais aqui teria que se ajudar mais esperar só do governo não dá. O entrevistado B nos fala a seguinte frase “quando estávamos acampados lá na fazenda do embaixador todo mundo se ajudava, era difícil demais a vida lá, mas todos se ajudavam. Veio para cá para “vida boa” foi cada um tomou seu rumo e não se ajudam mais”. A crítica vem por não haver se conseguido criar uma cooperativa na região até hoje, falam que sempre que se organiza uma reunião a briga está feita.

Foi perguntado também qual bem adquirido o entrevistado listaria como sendo o mais importante e as respostas foram as mais diversas possíveis conforme demonstra a Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 - Fonte: Dados da pesquisa

Após a tomada de crédito pelo Pronaf Microcrédito, qual bem adquirido você listaria como mais importante?	
Entrevistado	Bem
A	Arrumar a propriedade, gado, aumento da casa e a carroça.
B	Aumento da casa, trator, curral e carro
C	As benfeitorias da propriedade
D	Aumento da casa, televisão e as vacas
E	Tudo que possuo
F	Carro que levo as coisas para a cidade e minha casa.

A pergunta de na percepção de vida do entrevistado qual era a visão geral sobre o Pronaf de Microcrédito, todos responderam que o programa foi muito bom e que os programas ajudaram em muito no desenvolvimento de suas famílias. Mas quando se explora o item da entrevista as respostas indicam que o programa foi bom sim, mas que neste meio caminho ocorram falhas que os prejudicaram mais do que ajudaram. O entrevistado E narra que o Pronaf o ajudou bastante, mas quando não pagou o último contrato surgiu uma dívida enorme com várias taxas bancárias, e não ocorre uma negociação desta dívida para que ele possa pagar da melhor forma possível. Abramovay e Piketty (2004) retratam sobre casos semelhantes ao do entrevistado E em seu trabalho quando falam que o maior desafio do governo é de se incentivar os bancos a emprestar aos pequenos produtores sem que se transforme o crédito em um custeio direto.

Para a pergunta se o Pronaf de microcrédito criou uma forma de inserção no mercado ou foi apenas uma ajuda para sua família as respostas a um primeiro momento não há um consenso nas respostas, conforme quadro abaixo:

Tabela 6 - Fonte: Dados da pesquisa.

Entrevistado	Em sua perspectiva você enxerga o PRONAF de Microcrédito como forma de inserção no mercado ou foi apenas uma questão de ajuda para sua família?
A	Inserção no mercado
B	Inserção no mercado
C	Ambas as coisas
D	Auxílio à Família
E	Auxílio à Família
F	Inserção no mercado

A pergunta demonstrou uma variação nas respostas sobre o tema, mas quando ocorre a realização da próxima pergunta, nota-se mesmo os entrevistados que responderam como sendo uma forma de inserção no mercado, não entendem o principal objetivo do Pronaf de Microcrédito na introdução de produtores com baixa capacidade financeira auxiliando na inclusão no mercado. O entrevistado B que respondeu sendo o programa uma forma de inclusão produtiva, nos revela que se considerar o subsídio de adimplência o programa pode ser considerado uma forma de ajuda. A consideração do entrevistado fundamenta uma percepção baseada no senso comum de que as facilidades e subsídios atrelados ao financiamento fazem parte de uma política pública exclusiva de auxílio ocultando os reais interesses do Pronaf de microcrédito, como um primeiro passo para posteriormente o agricultor realizar a sua manutenção.

Fortalece-se o pensamento de que o programa fez realmente parte de uma política de inclusão produtiva quando se pergunta se o Pronaf de microcrédito criou oportunidades no desenvolvimento de sua família e a resposta é unânime em dizer que sim. A resposta levantada reforça o trabalho de Tolentino (2012) que diz que as políticas de crédito destinados a agricultura familiar traz dignidade e inserem em um mercado altamente competitivo, produtores cada vez mais preparados.

Abramovay e Piketty (2005, pág. 55), expressam em seu trabalho a ideia de que ocorrem “*tradeoffs*” (dilemas), quando se adota o compartilhamento dos recursos entre as classes da sociedade, surgindo uma barreira entre a moral e a ética criando então a divisa do crescimento econômico de um estado. Se aplicar este fragmento de texto no contexto do assentamento, percebesse o termo assistência social como negatividade internalizado pela sociedade, remetendo a uma prostração das classes mais pobres, sendo o PRONAF de microcrédito um desmistificador do prejulgamento instituído pela sociedade trazendo para a conjuntura o pensamento de inclusão produtiva.

Mesmo a percepção de assistencialismo e inclusão produtiva, não ser um fator bem determinado para a população da região é notório encontrar benefícios realizados pela inclusão produtiva dos entrevistados após a utilização do Pronaf de microcrédito, demonstrando um programa que facilmente pode ser confundido com um programa assistencial, mas se analisado amplamente as mudança e transformação que ocorreram na região podemos avaliar que o programa foi sim uma forma de incluir estes moradores no mercado.

Nitidamente se observa, que o Pronaf de microcrédito foi crucial para a manutenção dos entrevistados e moradores da região, mas não foi eficiente para reduzir as dificuldades que surgiram no caminho, questões foram negligenciadas pelo órgãos públicos e levaram a desistência de alguns assentados na região, foi relatado totalitariamente entre os entrevistados que um dos principais problemas na região e o abandono da prefeitura que mantêm o percurso de 50 km de estrada de chão em más condições de uso criando uma dificuldade no escoamento da produção. O distanciamento entre os moradores do assentamento que dificilmente se organizam para planejar sua produção e agregar valor a seu produto e outra dificuldade encontrada na região, estas dificuldades estão relacionadas ao abandono de áreas e venda por parte dos assentados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, a pesquisa se propõe a entender o panorama das políticas do PRONAF de microcrédito, na perspectiva dos moradores do assentamento Unidos Venceremos, em Buritis, MG levando à ocorrência de uma reflexão em torno das percepções dos assentados em relação ao PRONAF de microcrédito, e entender quais os impactos o programa teve na vida deles.

Para realização da coleta de dados foi elaborada uma pesquisa qualitativa, sendo aplicado o questionário em 6 propriedades que utilizaram do PRONAF de microcrédito, com objetivo de elaborar a verificação descritiva dos beneficiários do microcrédito.

Com as entrevistas realizadas, pode se compreender como a atuação do governo teve um papel fundamental para a valorização das políticas públicas que incorporam os pequenos produtores às linhas de crédito. Estas políticas contribuíram para o desenvolvimento e sustentabilidade dos agricultores familiares de baixa renda, com foco diferente ao de assistencialismo social e sim visando uma real inclusão produtiva.

Notoriamente o governo desempenhou suas atribuições na comunidade de forma satisfatória, mas teve dificuldades em pontos cruciais para o desenvolvimento dos produtores. Um ponto vital para a comunidade foi a assistência técnica da EMATER, que a partir do momento que se ausentou surgiram dificuldades na tomada de crédito e planejamento da produção, criando um cenário favorável para o surgimento dos intermediários. Dois fatores podem ser ligados ao surgimento do intermediário, o primeiro a questão da burocracia que ocorrem nas instituições financeiras e o segundo e o entendimento por parte dos produtores as regras do PRONAF. Isto dificulta na tomada de crédito e induzem o produtor ao erro.

Um obstáculo recorrente no assentamento e o efeito manada que os produtores realizam com frequência, sempre baseados em realidades que muitas das vezes não condizem com a dele ou simplesmente não possuem um conhecimento sobre a produção. Gerando uma aplicação de seus recursos em

atividades que não trazem rentabilidade. Limitando as condições para realizar o pagamento de seus compromissos, o que eleva a taxa de inadimplência do PRONAF de microcrédito e surgem barreiras para a tomada de crédito posteriormente.

Para haver a inserção no mercado produtivo a disponibilidade de crédito se faz necessária para que haja investimentos na produção e maximize as políticas públicas, que exercem função crucial no desenvolvimento da comunidade. Com a ausência do crédito ocorre o colapso e se torna facilmente confundido com programas assistenciais, impossibilitam o fortalecimento e a credibilidade frente ao mercado financeiro.

Mesmo com as dificuldades na execução do PRONAF de microcrédito, ele obteve resultado satisfatório tanto na esfera governamental quanto na qualidade de vida das famílias beneficiadas. Demonstrando que o programa foi sim uma forma de inclusão no mercado de pessoas que antes não teriam condições de se inserir ao mercado, por ausência de recurso, já que dificilmente resta algo para ser aplicado na propriedade. Pode parecer mínimo os resultados obtidos nos últimos anos, mesmo cada propriedade gerando um valor “baixo”, demonstram que os investimentos empregados nos últimos anos ajudaram a constituir a composição de renda dos produtores.

Os textos analisados junto com a aplicação da pesquisa auxiliaram a entender a percepção dos moradores do assentamento Unidos Venceremos em relação ao Pronaf de Microcrédito (Grupo B), ajudando na percepção que não se trata de um programa só limitado às questões sociais e sim cumpre papel fundamental na inclusão produtiva dos moradores.

Por fim, algumas sugestões são feitas para pesquisas futuras, como, por exemplo, como o PRONAF vem diminuindo o êxodo rural nos assentamentos da reforma agrária ou porquê as áreas rurais não estão atraindo os mais jovens? Estas são pesquisas relevantes que ajudariam em muito a região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G.; Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. Cadernos de ciência & tecnologia, v. 22, n. 1, p. 53-66, Brasília - DF, 2005.

ALONSO, J; SANT`ANA, F. Um desenho de avaliação de impacto econômico do Bolsa Família sobre agricultores participantes do PRONAF B baseado em resultados potenciais. São Paulo – SP, 2010.

AQUINO, J. R.; RADOMSKY, G. F.; SPOHR, G.; PAREDES, A.; RA DOMSKY, C. W. Dimensão e características do público potencial do Grupo B do PRONAF na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo agropecuário, p. 77-105, 2006.

BACEN. Banco Central do Brasil. Acesso em: 24/10/2018 Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiaoUF.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Regi%C3%A3o%20e%20UF&exibeparametros=true&botoesExportar=>>>.

BIANCHINI, V. Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, p. 45-68, 2015.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Estatísticas Operacionais do Sistema BNDES. Rio de Janeiro. Acesso em: 14/10/2018 Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/!ut/p/z1/rVLfU-lwEP5r-liykLS0vhWtoC2K5xRsXpy2JJA7mtQkgt5fb0AfuNNj5uYub9n59vuxu4iiB0RltRWrygolq437IzR8zOMsnZBbyMffoA9JkF0m84sMR0WIFgcA_OElgOhxP-DZJSSTvF-Q6QgGGUFzRBFtpO3sGpW1XDLzKKSxwj43BwcerFXLPLC6kqarNJONqDxgxjQLDtdUxlcd09UBLozvGFhbq41RZk_dNWKJypDEnMMg9KMoXvqkCbEfE078YMh5EPAIIQP8EeVEVno66WKvd8xwe4VTI_Y8D0ia9ccx_gCc4Cidh->

GRh9mNm1dwN4JxSvpkFqDFVrAdKqTSrVvP_V9GnHxWml8ulMmv7vNxATg6H_6jwvWvl_g8RHdR4vvTE03c2pW07MWih_-9d2ditVH1-_0mssbRCIHNONNM9561K6-t7cyZBx7sdrveQb-3UtterV2IMx50Stu9CyMs-9LLV9RrZVya3xIR1xZthF_9H3yaYIJeb3_mfGqD8g0HjCuG/dz/d5/L2dBISEvZ0FBI S9nQSEh/>.

BRASIL. Decreto Nº 3.991, DE 30 DE OUTUBRO DE 2001. Brasília, 30 de outubro de 2001. Diário Oficial da União - Seção 1 - 31/10/2001, Página 3.

BRASIL. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Pronaf completa 22 anos com números importantes para a história do Programa. Brasília: Sead. 2017. Acesso em: 12/10/2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa>>.

CAZELLA, A.; CAPELLESSO, A.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉBE, Y.; BÚRIGO, F. Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. Florianópolis –SC, 2016.

ESTADÃO. Prefeito de Buritis acusa Itamar de Facilitar invasão, 2002. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,prefeito-de-buritis-acusa-itamar-de-facilitar-invasao,20020326p55749> >. Acesso em: 18 de junho de 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S (Org.). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa do Censo agropecuário 2016. Brasília, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 10 06. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Relatório PRONAF: resultados da etapa Paraná**. 2006. Disponível em: <https://ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R. K.; HIRSCH, A.; PIMENTA, F.; GUIMARÃES, D. P. Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B. São Paulo, MDA/FIPE. Mimeografado, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2019. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap>>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; MOTTER, K. Z. Avaliação de impacto do Pronaf B sobre a satisfação de agricultores familiares em municípios de Minas Gerais. Estudos Sociedade e Agricultura. Viçosa - MG, 2014.

NETO, J.; SOUSA, D.; CARDOSO, P.; MILAGRES, C.; AMODEO, N. Assentamentos rurais e desenvolvimento econômico: um estudo sobre o noroeste de Minas Gerais. Viçosa -MG, 2009.

OLIVEIRA, D.; BARBOSA, R. Agronegócio, desenvolvimento socioeconômico e a fronteira da desigualdade em Buritis (MG). Uberlândia - MG, 2008.

SANTOS, L.; Impactos na sociedade Local gerados pelos assentamentos de reforma agrária na região de Buritis - MG. Brasília -DF, 2016.

SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2013.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre - RS, 2004.

SERENO, F. L. A influência do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na percepção dos agricultores familiares do entorno do Distrito Federal. Brasília -DF, 2012.

SILVA, L. H. **Práticas Organizativas do MST e relações de poder em assentamentos/acampamentos do Estado de São Paulo**. Diss. Tese de Doutorado, Ufscar, São Carlos, 2007.

TOLENTINO, M. De qual rural fala o PRONAF. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia - MG, 2012.

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA QUE FOI APLICADA

Nome do Entrevistado: _____

Local: Assentamento Unidos Venceremos / Vila Palmeira - Município de Buritis -
MG (chácara número = _____)
_____ eaaData: _____ / **Maio** / **2019**

Hora: _____ :

Como e composto seu grupo familiar?

R: _____

Faixa de idade:

() 20-30 () 31-40 () mais de 40

R: _____

Todos trabalham na propriedade?

R: _____

O que é produzido na propriedade?

R: _____

Onde comercializa?

R: _____

Qual a renda média de sua família:

R: _____

Sua fonte de renda e exclusiva da propriedade?

R: _____

Quando teve o primeiro crédito do Pronaf de Microcrédito?

R: _____

Pode me descrever como assediou ao crédito? (Foi diretamente ao banco, veio um assistente técnico e ofereceu...)

R: _____

Como o crédito do Pronaf microcrédito ajudou sua propriedade?

R: _____

Quais as impressões que teve do programa?

R: _____

Houve dificuldades na tomada de crédito?

(). Sim (). Não

Destas dificuldades encontradas qual você listaria como a principal?

R: _____

Houve auxílio por parte do Governo?

R: _____

Após a tomada de crédito pelo Pronaf microcrédito, qual bem adquirido você listaria como mais importante?

R: _____

Na sua percepção de vida qual a sua visão geral sobre o Pronaf de microcrédito?

R: _____

Em sua perspectiva você enxerga o Pronaf de Microcrédito com forma de inserção no mercado ou foi apenas uma questão de ajuda para sua família?

R: _____

Na sua concepção você acha que o Pronaf de microcrédito criou oportunidades para seu desenvolvimento?

R: _____

Recebe auxílio do Bolsa Família?

(). Sim (). Não

Qual a importância do bolsa família na sua vida?

R: _____

Qual sua percepção do programa bolsa família?

R: _____

Os recursos do Bolsa Família e destinado em sua totalidade na alimentação de sua família ou alguma fatia e destinada a produção de alimentos?

R: _____

Pronaf de microcrédito e o Bolsa Família qual ajudou mais no desenvolvimento de sua família?

R: _____
